

Acordo com os credores autorizava comissões pagas em moeda nacional

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O pagamento de comissões extras na tomada de empréstimos externos, prática que se intensificou a partir de fins de 1984 até meados do ano passado, não constituía novidade para o Banco Central (BC). Na verdade, conforme indicou para este jornal o diretor da Área Externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas, o próprio contrato da fase II da renegociação da dívida externa, assinado com os banqueiros credores em 1984, chegara a prever a existência de comissões.

As comissões eram negociadas diretamente entre tomadores finais e instituições bancárias no ato do reempréstimo interno — “relending” — dos recursos externos internalizados no BC, envolvendo, basicamente, as amortizações retidas e o dinheiro novo que entrou no País, dentro do acerto externo.

“O contrato da fase II estabelecia que o BC não podia negar registro a qualquer operação, pela eventual existência de comissão, paga em moeda nacional”, explicou Freitas. A condição única para que ficasse claro que o pagamento de taxas extras nada tinha a ver com os termos do acordo entre o governo brasileiro e os bancos credores, era de que o BC não daria cobertura cambial para tais comissões.

“Nunca nenhuma comissão foi declarada ao BC”, atestou Freitas, esclarecendo que a ilegalidade só existiria se, porventura, tivesse ocorrido a transformação dos cruzeiros em moeda estrangeira: “Aí sim, poderíamos estar diante de um caso de fraude cambial, mas não temos conhecimento de que isso tenha ocorrido.”

MUTUÁRIOS

O BC não tem condições de dimensionar o montante que envolveu o pagamento de comissões extras entre mutuários finais e bancos credores — “era um assunto entre terceiros” — mas começou a se preocupar seriamente com a prática, a partir de meados do ano de 1985, em razão do impacto que isso vinha representando não só no descontrole do endividamento público co-

mo também como fonte de pressão adicional sobre a política monetária.

Em primeiro lugar, conforme prefere deixar claro o diretor do Banco Central (BC), as informações a respeito de pagamentos extras sempre envolveram o setor público, nunca o setor privado. “O problema tornou-se mais agudo em maio de 1985 dado o acúmulo de demanda por reempréstimos da parte do setor público — aí incluído as empresas estatais, os estados e os municípios — diante de um montante menor de recursos disponíveis.”

A origem do descompasso entre demanda e oferta de recursos externos montada aos últimos meses de administração do governo Figueiredo, quando a Secretaria de Planejamento — através da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest) — desenvolveu uma grande emissão de avisos de prioridade, autorizando aos mais diversos segmentos do setor público a tomada de empréstimos externos, seja para rolagem da dívida, seja para pagamento a fornecedores e empreiteiros, seja para investimentos.

PRIORIDADE

“Com os avisos de prioridade em mãos, houve verdadeira competição de demanda por recursos que eram escassos e isso abriu um flanco para o pagamento de comissões”, disse Freitas.

Diante do “leilão” em torno dos contratos de reempréstimo, o BC tomou uma drástica providência a partir de setembro do ano passado, vedando o acesso do setor público à prática do “relending”. A medida surgiu de entendimentos desenvolvidos com os bancos credores ainda pela administração anterior do BC, encabeçada pelo economista Antônio Carlos Lemgruber.

A administração atual levou adiante a restrição e embutiu nos termos negociados em fevereiro último em torno das amortizações de 1985 e de 1986. A partir da vigência do acordo, esperada para agosto deste ano, o setor público só poderá tomar reempréstimo interno para a rolagem dos compromissos externos.